

Ata n.º 2

Mandato 2025-2029

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, no auditório do Edifício Sede da Autarquia, sito na Rua Alfredo Sousa Brandão, n.º 71, lugar de Eira Velha, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia da União das Freguesias de Colmeias e Memória, nos termos do disposto no artigo 11.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tendo estado presentes os seguintes membros do órgão deliberativo:

- Ana Clara Crespo Costa;
- Isabel Catarina Santos Ribeiro;
- Luís Filipe Felizardo Henriques;
- Ivone Margarida Moreira Estanqueiro;
- Nuno Ricardo Gaspar Pereira Branco;
- Frederico da Fonseca Sismeiro;
- Anabela Pereira Lourenço;
- Pedro Nuno de Sousa;
- Alexandre Gabriel dos Santos Aldeia.

Estiveram presentes os seguintes membros do órgão executivo:

- Patrícia Maria Pereira Marcelino, Presidente da Junta;
- David Lopes Simões, Tesoureiro da Junta;
- Agostinho dos Santos Menino, Secretário da Junta.

A sessão foi presidida por **Ana Clara Crespo Costa**, Presidente da Assembleia, secretariada por **Isabel Catarina Santos Ribeiro**, Primeira Secretária, e por **Luís Filipe Felizardo Henriques**, Segundo Secretário.

Havendo “quórum”, foi pela senhora Presidente da Assembleia de Freguesia declarada aberta a sessão, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

1. Apreciação, discussão e deliberação sobre as propostas de alteração ao Regimento da Assembleia da União das Freguesias de Colmeias e Memória;
2. Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia;
3. Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro da Presidente da Junta de Freguesia;
4. Aprovação do Plano Plurianual de Investimentos, do Plano de Atividades e da Proposta de Orçamento para o ano 2026;
5. Apreciação, discussão e deliberação sobre o Memorial para os Ex. Combatentes da Guerra Colonial.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Entrando no período destinado à intervenção do público, a Senhora Presidente da Assembleia questionou os fregueses presentes sobre eventuais inscrições para uso da palavra.

Inscreeveram-se os cidadãos Manuel Rodrigues Ferreira e Marco Menino. Não havendo mais inscrições, foi dada a palavra ao Senhor Manuel Rodrigues Ferreira.

Intervenção do Senhor Manuel Rodrigues Ferreira

O Senhor Manuel Rodrigues Ferreira cumprimentou os presentes e referiu que tem vindo a investir na freguesia desde 1977, nomeadamente na zona industrial de Areias, onde possui várias empresas em funcionamento e outras em fase de implementação. Informou que, no âmbito desses investimentos, procedeu à criação de acessos, incluindo a construção de uma via e infraestruturas.

Expôs que solicitou à Junta de Freguesia a atribuição de um topónimo para a rua onde se localizam os seus investimentos, tendo sugerido o seu próprio nome “Manuel Rodrigues Ferreira”, complementado com a designação “Porrecas”, por forma a evitar confusões com outros cidadãos de nome idêntico.

Adicionalmente, alertou para uma situação de segurança rodoviária junto a uma passadeira localizada em frente ao minimercado junto à Igreja de Colmeias, referindo a ausência de sinalização vertical adequada e a elevada velocidade praticada pelos veículos naquele local, sobretudo depois das oito horas.

Resposta da Senhora Presidente da Junta, Patrícia Marcelino

A Senhora Presidente da Junta tomou a palavra, cumprimentando todos os presentes, e esclareceu que o pedido relativo à atribuição do topónimo já havia sido submetido à Câmara Municipal, entidade competente para o efeito, estando a aguardar resposta, uma vez que o processo estava sujeito a enquadramento legal específico. Informou ainda que, após receção de resposta, seria dado conhecimento ao interessado.

Relativamente à questão da passadeira, referiu que a situação seria verificada e reportada aos serviços competentes, de forma a assegurar a colocação da respetiva sinalização vertical.

Não tendo o Senhor Manuel Rodrigues Ferreira mais nada a acrescentar, foi-lhe agradecida a intervenção.

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Marco Menino.

Intervenção do Senhor Marco Menino

O Senhor Marco Menino apresentou a necessidade de alcatroamento da Travessa de Roma, no lugar do Galego, pelo facto de ser uma via com utilização crescente, com projetos habitacionais em fase de licenciamento, dispondo já de várias infraestruturas essenciais (redes de água, saneamento, eletricidade e telecomunicações).

Manifestou ainda a sua disponibilidade para ceder terreno para domínio público, conforme já comunicado à Junta de Freguesia, questionando o Executivo sobre a existência de planos para a intervenção naquela travessa.

Resposta da Senhora Presidente da Junta, Patrícia Marcelino

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta informou que a Travessa de Roma já se encontrava incluída nos planos do anterior executivo para alcatroamento. Referiu que o atual executivo procedeu ao levantamento de várias vias com necessidade de intervenção, incluindo a referida travessa, estando neste momento a ser avaliados os respetivos custos. Acrescentou ainda que esta via havia também sido indicada pela oposição no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, encontrando-se, assim, contemplada no planeamento em curso.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Não havendo mais intervenções no período anterior, a Senhora Presidente da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia, questionando os membros da Assembleia sobre eventuais inscrições.

Inscreveram-se os seguintes membros: Anabela Lourenço (PPD/PSD), Frederico Sismeiro (PPD/PSD), Pedro Sousa (MI) e Alexandre Aldeia (CHEGA).

De seguida, foi dada a palavra à Senhora Anabela Lourenço.

Intervenção da Senhora Anabela Lourenço – PPD/PSD

A Senhora Anabela Lourenço iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e manifestou a sua discordância relativamente à data de realização da Assembleia, por coincidir com um período de elevada carga laboral para vários membros, solicitando que, em anos futuros, a calendarização fosse ajustada.

Apresentou, posteriormente, diversos assuntos, nomeadamente a questão do brasão da freguesia, defendendo a reintegração do brasão afeto à Freguesia da Memória (extinta) enquanto símbolo histórico e de identidade, propondo que o tema fosse objeto de discussão e eventual deliberação em futura reunião.

No que respeita ao saneamento, referiu ter consultado informação disponível no site dos serviços municipalizados e solicitou esclarecimentos sobre o planeamento, calendarização e execução das obras previstas, requerendo o relatório do planeamento de obras de saneamento, da calendarização prevista de execução de obras e dos mapas gerais de localização sem incluir os detalhes técnicos.

Relativamente à Escola de Santa Margarida, questionou o Executivo sobre os planos de requalificação, sugerindo a possibilidade de utilização do espaço por associações locais sem sede.

Abordou ainda a situação da Estrada do Picoto, denunciando a sua degradação prolongada e os constrangimentos causados à população, solicitando esclarecimentos sobre os prazos de execução das obras previstas, bem como sobre a contagem do prazo de execução associado ao concurso público.

Por fim, sugeriu a criação de um roteiro turístico para a freguesia, valorizando o seu potencial paisagístico.

Resposta da Senhora Presidente da Junta, Patrícia Marcelino

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta reconheceu a pertinência da questão relativa à data da Assembleia, comprometendo-se a melhorar a calendarização futura. Relativamente ao brasão, manifestou disponibilidade para análise e eventual discussão do tema. No que concerne ao saneamento, informou que estão em curso diligências e contactos institucionais para obtenção de mais informação, comprometendo-se a partilhar desenvolvimentos futuros.

Quanto à Escola de Santa Margarida, referiu a intenção da requalificação do espaço, admitindo a possibilidade de utilização por associações locais. Em relação às infraestruturas rodoviárias, informou que diversas intervenções estavam previstas, encontrando-se em fase de planeamento e avaliação de custos, sendo expectável o avanço de algumas obras no ano de 2026.

Esclareceu ainda que o prazo de execução das empreitadas se iniciava com a assinatura do auto de consignação.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Alexandre Aldeia.

Intervenção do Senhor Alexandre Aldeia - CHEGA

O Senhor Alexandre Aldeia cumprimentou os presentes e iniciou a sua intervenção referindo preocupações quanto ao desenvolvimento da freguesia, destacando problemas nas áreas das infraestruturas rodoviárias, paragens de autocarro, escolas, transportes públicos e saneamento. Apontou ainda a necessidade de maior envolvimento da oposição nos processos de decisão, referindo o direito à oposição e a importância do diálogo institucional.

Colocou várias questões ao Executivo, designadamente sobre a criação da Unidade Local de Proteção Civil, o mapa de pessoal, os impactos do aumento salarial no orçamento e a afetação de recursos a investimentos.

Resposta da Senhora Presidente da Junta, Patrícia Marcelino

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta reconheceu as dificuldades existentes, nomeadamente ao nível das infraestruturas, referindo limitações orçamentais e a necessidade de priorização das intervenções.

Quanto ao direito de oposição, admitiu a necessidade de reforçar os mecanismos de comunicação e articulação, referindo que tinham sido solicitados contributos por via eletrónica. Relativamente à Unidade de Proteção Civil, informou que estavam previstos novos contactos e reuniões para reativação da estrutura.

Sobre o mapa de pessoal, referiu que não tinha sido enviado porque não tinha sofrido alterações, no entanto indicou que seria apresentado na próxima reunião.

No que respeita ao orçamento, esclareceu que eventuais alterações dependeriam de deliberações superiores e poderiam originar revisões orçamentais no futuro.

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Pedro Sousa.

Intervenção do Senhor Pedro Sousa - MI

O Senhor Pedro Sousa apresentou recomendações relativas à segurança e manutenção de infraestruturas, nomeadamente um muro em risco na Rua da Cova, em Agodim, a necessidade de reparação de tampas de saneamento e a avaliação da colocação de uma passadeira junto à Pastelaria Açoreana, no lugar de Alfaiatas.

Colocou ainda questões sobre o estado de diversas vias, solicitando esclarecimentos quanto a intervenções e reforço de sinalização, nomeadamente a Rua das Ferrarias, no lugar de Raposeira.

Resposta da Senhora Presidente da Junta, Patrícia Marcelino

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta informou a sinalização da Rua das Ferrarias, já havia sido reforçada. Esclareceu que a manutenção de infraestruturas associadas ao saneamento dependia de contratos interadministrativos com os serviços competentes, encontrando-se em curso o processo para regularização dessas competências.

Relativamente às vias, reconheceu o estado de degradação e referiu que seriam realizadas intervenções de acordo com as prioridades identificadas.

Por fim, foi dada a palavra ao Senhor Frederico Sismeiro.

Intervenção do Frederico Sismeiro – PPS/PSD

O Senhor Frederico Sismeiro iniciou a sua intervenção com uma nota crítica relativamente ao processo de convocação da Assembleia, referindo limitações no tempo disponível para análise dos documentos e eventuais omissões na ordem de trabalhos.

Aproveitou ainda para agradecer intervenções recentes na Rua do Brasil, no lugar de Talos, e questionou o Executivo sobre o andamento dos trabalhos de limpeza de valetas na freguesia, nos últimos dois meses.

Resposta da Senhora Presidente da Junta, Patrícia Marcelino

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta reconheceu algumas limitações no processo de convocação, assegurando o cumprimento dos requisitos legais e a correção de eventuais lapsos em futuras reuniões.

Tendo a Senhora Presidente da Junta dado a palavra ao Senhor Secretário da Junta para esclarecer inerente ao andamento dos trabalhos da limpeza de valetas.

Resposta do Senhor Secretário da Junta, Agostinho Menino

Relativamente à limpeza de valetas, o Senhor Secretário da Junta informou que os trabalhos já se haviam iniciado em algumas localidades, nomeadamente Feijão, encontrando-se em curso o planeamento das restantes intervenções, estando esses trabalhos condicionados pelas condições meteorológicas.

Não havendo mais intervenções, foi dado por encerrado o período antes da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

A Senhora Presidente da Assembleia deu início à ordem do dia.

De seguida, introduziu o primeiro ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Apreciação, discussão e deliberação sobre as propostas de alteração ao Regimento da Assembleia da União das Freguesias de Colmeias e Memória;

No uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia informou que, na sequência do pedido dirigido a todos os membros da Assembleia, foram recebidas duas propostas de alteração ao Regimento, apresentadas pelo Senhor Luís Henriques.

Esclareceu que ambas as propostas incidiam sobre o artigo 27.º do Regimento, a primeira proposta referindo que o rascunho das atas, elaborado por um funcionário da Junta, sob a responsabilidade do Primeiro-Secretário ou de quem o substitua, deveria ser enviado por correio eletrónico a todos os membros da Assembleia no prazo de trinta dias após a realização da reunião a que respeita e a segunda proposta, relativa ao n.º 2 do mesmo artigo, estabelecendo que as atas passariam a ser processadas informaticamente, devendo ser impressas e arquivadas em livros com 100 páginas, em substituição dos anteriores de 60 páginas.

Por fim, a Senhora Presidente da Assembleia questionou se algum membro da Assembleia ou a Senhora Presidente da Junta pretendia usar da palavra sobre o referido ponto.

A Senhora Presidente da Junta declarou não ter intervenções a acrescentar.

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.

O Ponto 1 foi submetido a votação, tendo a Assembleia de Freguesia deliberado aprová-lo por unanimidade.

Ponto 2 - Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia;

A Senhora Presidente da Assembleia questionou a Senhora Presidente da Junta sobre a necessidade de acrescentar algum esclarecimento relativamente ao ponto em análise e à informação previamente remetida aos membros da Assembleia.

A Senhora Presidente da Junta referiu não ter qualquer elemento adicional a acrescentar, informando que se encontrava disponível para prestar os esclarecimentos que fossem solicitados.

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia questionou se algum membro da Assembleia pretendia intervir sobre o referido ponto, podendo fazê-lo.

Tomou a palavra o Senhor Pedro Sousa, dispondo de cinco minutos para a sua intervenção.

Intervenção do Senhor Pedro Sousa - MI:

O Senhor Pedro Sousa solicitou esclarecimentos relativamente ao ponto em apreciação, questionando qual o valor do passivo existente e a respetiva natureza, qual o prazo das cauções e garantias mencionadas, bem como qual o valor em dívida para com a Junta de Freguesia, nomeadamente no âmbito da componente de refeições e ATL, no contexto do apoio ao jardim de infância e à ocupação de tempos livres. Solicitou ainda esclarecimento relativamente ao valor em dívida por parte dos encarregados de educação.

Resposta da Senhora Presidente da Junta, Patrícia Marcelino

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta informou que existiam diversas garantias associadas a procedimentos em curso, distribuídas por vários contratos, com execução prevista entre janeiro de 2026 e janeiro de 2030. Referiu ainda que existiam cerca de nove procedimentos com garantias em vigor, os quais se encontravam devidamente identificados em mapa próprio, onde constavam os respetivos valores e enquadramentos.

Relativamente às Atividades de Animação e de Apoio à Família (CAF), esclareceu que, no caso das localidades de Colmeias e Agodim, a receita associada ascendia a cerca de 70 mil euros.

A Senhora Presidente da Junta referiu não dispor, naquele momento, de dados detalhados quanto ao valor em dívida dos encarregados de educação, comprometendo-se a proceder à sua verificação e posterior comunicação. Acrescentou igualmente que, no que respeitava ao valor global do passivo, não dispunha de informação suficientemente detalhada naquele momento, comprometendo-se igualmente a prestar os esclarecimentos solicitados posteriormente.

Intervenção do Senhor Alexandre Aldeia - CHEGA

O Senhor Alexandre Aldeia solicitou esclarecimentos à Senhora Presidente da Junta relativamente a reuniões realizadas com outras entidades desde a tomada de posse. Em particular, questionou o sentido e os objetivos da reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Colmeias, pretendendo perceber as conclusões retiradas desse encontro.

Questionou ainda sobre a reunião realizada com a coordenadora responsável pelos serviços prisionais, no âmbito de um eventual protocolo relacionado com a prestação de serviços na freguesia, solicitando esclarecimentos sobre os objetivos e enquadramento dessa reunião.

Resposta da Senhora Presidente da Junta, Patrícia Marcelino

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta esclareceu que o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Colmeias integrava diversos representantes, designadamente da freguesia, do município, das associações de pais e outras entidades convidadas, sendo um órgão no qual eram analisados e discutidos assuntos relacionados com a atividade escolar. Referiu que nessas reuniões periódicas eram abordadas questões relativas ao funcionamento do agrupamento, incluindo as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e a Componente de Apoio à Família (CAF), permitindo igualmente que os representantes das associações de pais apresentassem as suas preocupações e necessidades, podendo posteriormente ser encaminhadas para resolução.

Relativamente à reunião com a coordenadora dos serviços prisionais, esclareceu que a mesma se enquadrava na integração de um cidadão em trabalho comunitário na freguesia, no âmbito de medidas acompanhadas por essa entidade, justificando assim o contacto estabelecido.

A Senhora Presidente da Assembleia questionou o Senhor Alexandre Aldeia se pretendia acrescentar mais alguma questão, tendo o mesmo declarado que ficou esclarecido, passando ao Ponto 3.

Ponto 3 - Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro da Presidente da Junta de Freguesia;

Intervenção do Senhor Pedro Sousa - MI:

O Senhor Pedro Sousa questionou quais os motivos que justificam a necessidade da Presidente da Junta exercer funções a tempo inteiro, referindo que a União de Freguesias dispunha de quatro colaboradores administrativos a tempo inteiro, em número superior ao de algumas freguesias, acrescentando ainda que o atendimento dos CTT funcionava apenas no período da manhã.

Questionou igualmente, no caso de passagem ao regime de tempo inteiro, se a Presidente da Junta iria manter a sua atividade profissional.

Resposta da Senhora Presidente da Junta, Patrícia Marcelino

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta referiu que a necessidade do exercício de funções a tempo inteiro se encontrava, no seu entender, justificada pelas exigências inerentes ao cargo. Esclareceu ainda que, no caso de passagem ao regime de tempo inteiro na Junta de Freguesia, não exerceria simultaneamente a sua atividade profissional, prevendo solicitar licença sem vencimento para o efeito, ao abrigo dos mecanismos legalmente previstos.

A Senhora Presidente da Assembleia questionou se o Senhor Pedro Sousa pretendia colocar mais alguma questão, tendo o mesmo respondido negativamente.

De seguida, foi dado por concluído o ponto três, passando-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Ponto 4 - Aprovação do Plano Plurianual de Investimentos, do Plano de Atividades e da Proposta de Orçamento para o ano 2026;

A Senhora Presidente da Assembleia questionou a Senhora Presidente da Junta sobre a necessidade de prestar esclarecimentos adicionais relativamente à documentação previamente remetida aos membros da Assembleia, tendo esta referido que a informação havia sido atempadamente enviada, incluindo os elementos no âmbito do estatuto do direito de oposição, encontrando-se disponível para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que fossem considerados necessários.

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia abriu o período de intervenções.

Intervenção do Senhor Pedro Sousa – MI

O Senhor Pedro Sousa começou por apresentar uma apreciação global negativa do orçamento, considerando que o mesmo representa uma oportunidade perdida para introduzir uma nova abordagem de gestão, mais participativa e assente no envolvimento dos membros da Assembleia e de cidadãos com conhecimento técnico da realidade da freguesia.

Referiu que, embora tivessem sido solicitados contributos por correio eletrónico, o processo não tinham traduzido um verdadeiro espírito de diálogo e participação. Manifestou ainda a disponibilidade do seu movimento para colaborar de forma construtiva.

No que respeita ao conteúdo do orçamento, considerou que o mesmo revelava ausência de visão estratégica e de investimento estruturado, centrando-se sobretudo na gestão corrente da Junta. Apontou ainda a redução das receitas e despesas de capital, bem como alegadas insuficiências em diversas rubricas, designadamente nas áreas da educação, ação social, atividades culturais e manutenção de infraestruturas.

Colocou várias questões específicas, nomeadamente sobre a inexistência de previsão de verbas em algumas rubricas de receitas correntes, o aumento de valores associados ao ecocentro, a diminuição de verbas no âmbito das AAAF, a designação genérica de “outros” em determinadas subrubricas, a redução de verbas de investimento, bem como a ausência de financiamento em determinados programas e iniciativas.

Questionou ainda a redução de verbas em áreas como iniciativas culturais e desportivas, a inexistência de dotação para determinadas infraestruturas e a falta de uma estratégia de investimento de médio e longo prazo.

Resposta da Senhora Presidente da Junta, Patricia Marcelino

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta referiu que o orçamento refletia as limitações e constrangimentos do momento, designadamente as necessidades acumuladas ao nível das infraestruturas básicas da freguesia, o que obrigava à priorização da manutenção e resolução das situações mais urgentes. Esclareceu ainda que várias das rubricas dependiam da formalização de contratos interadministrativos e de transferências municipais ainda não aprovadas, razão pela qual algumas dotações surgiam condicionadas ou sem valor definido.

Intervenção do Senhor Alexandre Aldeia – CHEGA

O Senhor Alexandre Aldeia referiu compreender as limitações associadas ao contexto orçamental, nomeadamente a dependência de decisões externas, designadamente da Câmara Municipal. Ainda assim, considerou que o orçamento evidenciava limitações significativas ao nível da capacidade de investimento, salientando o peso das despesas com pessoal e a reduzida margem para a concretização de projetos estruturantes. Defendeu a necessidade de um maior planeamento estratégico e de uma melhor adaptação dos recursos disponíveis às necessidades da freguesia.

Intervenção do Senhor Frederico Sismeiro – PSD

O Senhor Frederico Sismeiro, do PSD, no uso da palavra, referiu que o plano de atividades se apresentava como um conjunto de intenções sem calendarização concreta, apontando ainda a fraca articulação entre o plano e o orçamento. Questionou diversas rubricas orçamentais, nomeadamente a aquisição de terrenos, o aumento das despesas com pessoal, a redução do

investimento em capital e a evolução do peso dos salários no orçamento global, concluindo que o documento revelava falta de ambição e rigor.

Intervenção da Senhora Anabela Lourenço – PSD

A Senhora Anabela Lourenço referiu que, na sua experiência enquanto anterior membro da Assembleia, os orçamentos nunca foram retificados, defendendo que, na ausência de condições para aprovação, deveria ter sido ponderado o adiamento do ponto.

Resposta da Senhora Presidente da Junta, Patricia Marcelino

Em resposta global, a Senhora Presidente da Junta reiterou que o orçamento refletia a realidade da freguesia, marcada por necessidades estruturais ao nível de estradas, saneamento e manutenção de equipamentos, sendo prioritária a reorganização interna e a resolução dos problemas mais urgentes. Esclareceu que várias rubricas dependiam de contratos e transferências ainda não formalizados, sublinhando o carácter provisório do documento e a sua eventual revisão após a consolidação das verbas em falta. Referiu ainda que o orçamento constituía um documento obrigatório a submeter à Assembleia dentro dos prazos legais, não sendo possível o seu adiamento.

Encerrada a discussão, passou-se à votação, tendo o Ponto 4 sido reprovado pela Assembleia de Freguesia, com 4 votos a favor (Isabel Catarina Ribeiro – PS, Luís Filipe Henriques – PS, Ivone Estanqueiro – PS e Nuno Branco - PS) e 5 votos contra (Ana Clara Crespo Costa - PPD/PSD, Frederico da Fonseca Sismeiro - PPD/PSD, Anabela Pereira Lourenço - PPD/PSD, Pedro Sousa – MI e Alexandre Aldeia – CHEGA).

Declaração de Voto do Senhor Alexandre Aldeia - CHEGA

O Senhor Alexandre Aldeia apresentou declaração de voto, referindo que votou contra o orçamento por não considerar reunidas condições de transparência e previsibilidade suficientes, salientando a existência de diversas rubricas sem quantificação definida e a dependência de decisões externas ainda não concretizadas. Acrescentou ainda que, no seu entendimento, o orçamento não evidencia uma estratégia de investimento consistente para o futuro da freguesia.

Não havendo mais declarações de voto, deu-se por encerrado o ponto.

Ponto 5 - Apreciação, discussão e deliberação sobre o Memorial para os Ex. Combatentes da Guerra Colonial.

A Senhora Presidente da Assembleia deu início ao quinto ponto da ordem de trabalhos, referente à apreciação, discussão e deliberação sobre a proposta de criação de um Memorial para os Ex-Combatentes da Guerra Colonial.

Questionada pela Senhora Presidente da Assembleia sobre a necessidade de prestar esclarecimentos adicionais, a Senhora Presidente da Junta referiu que o ponto resultava de uma reunião com um “grupo de senhoras” que manifestou a pretensão de ver criado um memorial em homenagem aos ex-combatentes da Guerra Colonial oriundos da freguesia, considerando tratar-se de uma iniciativa de interesse público e de relevante valor simbólico para a comunidade. Acrescentou que a proposta foi apresentada para apreciação da Assembleia, com vista à avaliação da sua viabilidade e enquadramento, tendo ainda sido referida a possibilidade de instalação do memorial no Largo de São Silvestre, entre outras localizações possíveis, encontrando-se o Executivo disponível para os esclarecimentos que fossem necessários.

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia abriu o período de intervenções.

Intervenção do Senhor Frederico Sismeiro – PSD

O Senhor Frederico Sismeiro, do PSD, no uso da palavra, saudou a iniciativa apresentada, considerando-a pertinente e de elevado simbolismo para a freguesia. Referiu que a proposta constituía uma forma de homenagem aos ex-combatentes, destacando o seu contributo e o seu papel histórico, defendendo que a criação do memorial permitiria preservar a memória coletiva e sensibilizar as gerações mais jovens para a importância desse legado. Sublinhou ainda que não se tratava necessariamente de uma obra de grande dimensão, mas de um elemento simbólico com forte significado para a comunidade.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O Ponto 5 foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia, referente à criação do Memorial para os Ex-Combatentes da Guerra Colonial.

MINUTA DA ATA

De seguida, foram colocados a votação os pontos 3, 4 e 5 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia deliberado por unanimidade a sua aprovação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

